



CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 7 A 13 DE MARÇO DE 1994

MOÇAMBIQUE

Soberania perdida e o clamor pelos intelectuais

Recente matéria do *Le Monde Diplomatique* (fevereiro deste ano) volta a um tema às vezes esquecido. Reafirma que as dificuldades impostas aos processos de reconciliação em Angola e em Moçambique iluminam o fantasma da desintegração, habitante ávido dos Estados frágeis e dos palcos onde as lutas pelo poder são extremamente complexas.

Moçambique está preso a graves mazelas, além de a contrastes e conflitos crescentes e latentes. O país nos parece um barco sem âncora, com a soberania submetida ao Banco Mundial, ao FMI, às determinações da Onomuz e das diversas Organizações Não-Governamentais e aos mecanismos de controle dos países observadores.

Enfocando as perspectivas que os rumos da atual transição política, social, econômica e militar parecem indicar, o antropólogo francês Michel Cahen aponta para a necessidade de uma reconciliação nacional (*Informática*, nº 54). Por outro lado, verifica que o quadro atual nos remete para a possibilidade de uma prática política em que continue a vigorar o partido único. Salienta que, perigosamente, o desejado consenso a nível nacional está sendo obtido em bases ditadas pelo FMI e de forma totalmente contrária aos interesses da maioria da sociedade. Consta que no presente contexto de reorganização partidária e de aprovação da Lei Eleitoral "não existe nenhum debate real sobre o programa econômico e social". Com

isso, prevê o agravamento dos problemas, pois "o consenso forçado sobre o programa implica uma acentuação do caráter regionalista, senão étnico, dos partidos", que tendem a explorar eleitoralmente os laços de linhagem, os ressentimentos regionais e comunitários.

Nesse mar dominado por fortes correntezas, Cahen afirma que entre a Renamo e a Frelimo, e também entre a já dividida população e a elite (intelectuais, comerciantes, membros do poder tradicional, entre outros), o verdadeiro problema não é a partilha do poder político — que já estaria ditado e reunificado em Washington — mas a partilha social do poder.

Podemos, ao aceitar a pertinência dessa análise, melhor compreender as oportunas palavras de exortação do escritor Nelson Saúde para que os intelectuais moçambicanos assumam a consciência crítica do país. Contudo, esperamos que não estejam anestesiados pelo volume e complexidade das questões que os envolvem. A gravidade dos problemas nacionais requer a participação individual e coletiva nos debates públicos. É necessário enfrentar política e intelectualmente as forças internas e externas que se rearticulam e se aliam em torno do poder para usufruir de interesses mesquinhos, normalmente envolvendo a compra e venda de pedaços do país pelo melhor preço que lhes convém.

Edson Borges
(Pesquisador do CEAA)

ÁFRICA DO SUL

Buthelezi aposta alto para perder

A postura do Inkatha — oscilando entre o repúdio e aceitação do processo eleitoral — revela muito das raízes políticas da crise sul-africana. Tal comportamento é ditado pelo temor do virtual êxito eleitoral do ANC e faz parte de uma situação algo paradoxal, pois o Inkatha é detentor de um peso político incompatível com os seus pobres índices atuais de adesão popular. Na verdade, aceitar o pleito de 27 de abril reduziria o Inkatha a um patamar político muito mais próximo de sua real capacidade de inserção social.

Não existem — exceto na retórica — valores étnicos inspirando a postura de Buthelezi. Mesmo na etnia zulu, na qual estão concentrados os apoios populares do Inkatha, as adesões ao ANC são fortes. Ainda assim, Buthelezi, mostrando uma intransigência que já compromete sua liderança, continua pregando a criação de um território autônomo no Kwa-zulu. É uma proposta alta, formulada para não ser atendida.

Outro aspecto interessante na transição política sul-africana é a falta de unidade da direita. Isso fica claro nas hesitações da Aliança pela Liberdade, uma reunião heterogênea de forças capitaneadas pela Frente do Povo Africâner e pelo Inkatha. Embora tenha surgido para reforçar as propostas dos direitistas, sobretudo a idéia de federalização da África do Sul, a Aliança pela Liberdade está dividida diante da opção de ingressar no processo eleitoral. Aparentemente, a intransigência de Buthelezi não é acompanhada por Constand Viljoen, líder da Frente do Povo Africâner, que vê com simpatia a idéia de participar de pleito de 27 de abril.

Edson Borges
(Pesquisador do CEAA)

- CNA prepara jornada de luta 2
- Inkatha quer adiar as eleições no Natal 3
- Buthelezi admite concorrer depois de encontro com Mandela 3
- Políticos acham bom demais 4
- Nem tudo está perdido 5
- Promessas de cessar-fogo em Cabinda 6
- General branco salvou líder negro 7
- ONU explora mão-de-obra 7
- Governo de Carlos Veiga foi reformulado 8
- "Suspense" mesmo até o fim 8
- Polícia de Luanda acusada de colaborar com "gangs" 9
- ONU lança apelo 10
- Mandela tenta tudo por tudo 11
- O prisioneiro de Buthelezi 12
- Os dias agitados do fim dos bantustões 13
- Novo partido em Cabo Verde 14

CNA prepara jornada de luta

PÚBLICO, 28.2.94

A CONFEDERAÇÃO Nacional de Agricultura (CNA) vai levar a cabo, no próximo dia 25 de Março, uma jornada nacional de alerta e reclamação, que incluirá a deslocação de dirigentes associativos a vários Governos Cívicos para exigirem do Estado medidas urgentes de apoio à lavoura. Para a mesma altura, mas ainda sem datas marcadas, estão também previstas concentrações de produtores de leite na Tocha, Ovar, Vila Pouca, Chaves e Vila Real, e ainda reuniões de vitivinicultores durienses.

Reunidos ontem em assembleia geral, em Coimbra, os dirigentes da CNA acusam as "políticas agrícolas do Governo e da Comunidade Europeia" de terem feito de 1993 um "mau ano agrícola", com um decréscimo de 10 por cento dos rendimen-

tos dos agricultores, mesmo considerando já os prémios e subsídios comunitários.

"A reforma da PAC [política agrícola comum] e os recentes acordos do GATT vão provocar novas baixas nos preços à produção, facilitar a invasão das importações e dificultar as exportações", afirmam, defendendo uma urgente "reforma da reforma da PAC, para inverter as tendências negativas do sector". "Não se pode exigir a um país que importa quase 70 por cento do que põe à mesa que reduza ainda mais a sua produção — como a Comunidade quer fazer conosco", afirmou Armando Carvalho, da direcção da CNA, defendendo que "a Europa do Norte não pode continuar a ser a grande beneficiada com estas políticas".

Por outro lado, criticam

o "agravamento da fiscalidade e das prestações para a Segurança Social", assim como a "redução de verbas do Orçamento do Estado para apoio à agricultura", agravadas pelas "dívidas à lavoura, que atingem vários milhões de contos". Fundamental para inverter a situação, segundo a CNA, é o aumento dos preços na produção, nomeadamente no caso do sector leiteiro, onde "há mais de cinco anos que o preço na produção não sobe".

A CNA, que reclama ser "a verdadeira representante da agricultura familiar portuguesa", queixa-se ainda de ser vítima de "discriminação governamental", já que afirma que "nunca foi recebida pelo actual ministro da Agricultura, apesar dos repetidos pedidos que faz desde há seis anos". Essa "marginalização

clara" manifesta-se ainda, segundo a direcção, na "recusa do INGA [Instituto Nacional de Garantia Agrícola] e de outros organismos em assinar protocolos com a CNA", na "não inclusão da Confederação no Conselho Económico e Social, recusando-lhe o estatuto de parceiro social", e até mesmo "no impedimento, por parte da RTP, de utilização do tempo de antena institucional no ano passado".

"Enquanto isto, o Governo continua a querer impor, 'por decreto', a unicidade no movimento associativo agrícola e a 'encher' outra organização, a Confederação de Agricultores de Portugal, com benesses e privilégios, apesar de continuarem a vir a público fortes suspeitas de fraudes e desvios de fundos envolvendo dirigentes e associados da CAP", acusa a CNA. ■

Leonele Botelho

Portugueses podem votar nas eleições sul-africanas

PÚBLICO, 1.3.94

OS PORTUGUESES que se tenham naturalizado sul-africanos ou que possuam autorização de residência permanente na África do Sul — como acontece com centenas de milhares de cidadãos, muitos deles de origem madeirense — podem votar nas eleições gerais que se efectuam naquele país de 26 a 29 de Abril, desde que não se tenham ausentado dali há mais de cinco anos. A confirmação foi ontem dada ao PÚBLICO pela embaixada daquele país em Lisboa.

Os cônjuges ou filhos de um cidadão sul-africano que residam permanentemente na África do Sul também poderão votar, tal como todas as pessoas que entraram no país antes de 31 de Dezembro de 1978 e que lá residam normalmente desde essa data; como é o caso de muitos portugueses que para ali afuíram a partir de Moçambique e de Angola, quando em 1975 esses territórios se tornaram independentes.

Para que se vote fora da África do Sul, designadamente em representações diplomáticas ou consulares, é necessário apresentar um dos documentos de identidade estipulados pela

Lei Eleitoral, bem como um passaporte sul-africano válido (caso de quem esteja a passar um período de férias no estrangeiro); e quem não tiver um cartão temporário de eleitor poderá ainda requerê-lo pelo correio à Comissão Eleitoral Independente, que funciona na cidade de Isando.

Nas eleições de Abril podem votar todas as pessoas que preencham as demais condições e que já tenham 18 ou mais anos, de modo que se pode admitir a possibilidade — pelo menos teórica — de alguns 300 mil portugueses irem às urnas, de entre os quase 700 mil que residem no grande país. A nacionalidade dupla não constitui qualquer impedimento ao direito de voto, conforme esclarecimento prestado pela embaixada da África do Sul em Lisboa.

A Lei Eleitoral sul-africana reveste-se de aspectos bastante liberais, não sendo necessário que os eleitores se recenseiem antes de se dirigirem às assembleias de voto, pois que não existem cadernos eleitorais tal como são conhecidos em Portugal. Basta que se possua uma autorização de residência permanen-

te, que nunca se tenha sido expulso da África do Sul nem detido por toxicod dependência.

Visita de Durão Barroso

O ministro português dos Negócios Estrangeiros inicia amanhã uma visita de três dias à África do Sul. Durão Barroso tem já agendados encontros com o seu homólogo "Pik" Botha e com dirigentes dos principais partidos sul-africanos, mas as agendas muito sobrecarregadas do Presidente De Klerk e do líder zulu Mangosuthu Buthelezi não permitiram ainda assegurar os contactos do MNE português com estas duas personalidades. O programa de Durão Barroso inclui ainda um encontro com representantes da comunidade portuguesa e a abertura de uma conferência sobre a transição para a democracia na África do Sul, em Angola e Moçambique, promovida pelo Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (SAII) e pelo Instituto de Estudos Estratégicos (IEE), de Lisboa. ■

MANDELA, DE JOELHOS, SUPLICA PELA PAZ — "De joelhos, suplico aos que querem mergulhar o país num banho de sangue que não o façam", disse ontem o presidente do ANC, Nelson Mandela, a 10.000 pessoas reunidas no estádio de Bisho, na região sul-africana do Ciskei, onde em Setembro de 1992 soldados locais abateram 27 partidários do Congresso Nacional Africano. "Desejo que Buthelezi participe nas eleições", acrescentou Mandela, que amanhã se reúne com o principal político da etnia zulu.

PÚBLICO, 28.2.94



FAÇA JÁ SUA ASSINATURA

LIGUE
531-2000
RAMAL 259

Inkatha quer adiar as eleições no Natal

O PRESIDENTE Frederik de Klerk abriu ontem mais uma sessão extraordinária do velho Parlamento da África do Sul, com um apelo de última hora às forças de extrema-direita, que deverão representar cerca de 14 por cento da população, para que evitem a violência: "Não há futuro na via inconstitucional."

O líder do Partido Nacional pediu aos deputados brancos, mestiços e indianos, de um Parlamento onde ainda não há negros, que aceitem alterar a Constituição interina de modo a satisfazer as forças que pretendem vastos poderes autonómicos para as diferentes regiões do país: "Não haverá mais nenhuma desculpa razoável para a não participação nas eleições [de 26 a 28 de Abril] e no processo constitucional."

Mas os conservadores negros e brancos, incluindo o

chefe zulu do Partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, continuam sem garantir a sua presença no acto eleitoral, pois que querem uma monarquia constitucional na província do Natal, uma zona especialmente administrada por boers, e outras garantias de que a África do Sul não virá a ser um Estado centralizado e socializante.

Segundo o jornal "The Star", de Joanesburgo, o Inkatha solicitou agora que as eleições gerais marcadas para Abril sejam adiadas pelo menos um ano no território do Natal, de modo a dar tempo a que seja elaborada uma constituição própria para essa província, que fica à beira do Índico e é essencialmente habitada por zulus.

De acordo com tal pedido, que os deputados brancos afectos ao Inkatha tencionavam ontem fazer ao Parlamento cessante, que fica reunido até amanhã, o Na-

PÚBLICO, 23.94

tal/Kwazulu seria dirigido por um administrador enquanto não houvesse oportunidade de redigir e referendar uma constituição provincial. E a Constituição nacional não se aplicaria na zona.

Trata-se, aparentemente, da mais recente manobra dilatória de Buthelezi, que, neste último ano — e apesar de não representar muito mais do que uns sete por cento do eleitorado —, se tem revelado um caso particularmente duro de roer tanto pelo Governo como pelo ANC, de Nelson Mandela, ao qual as sondagens atribuem a possibilidade de mais de 60 por cento dos votos nas eleições gerais de Abril.

O Partido Nacional e o ANC aceitam que ao nome do Natal seja acrescentado o do antigo bantustão do Kwazulu, que se aumentem os poderes das autoridades regionais no campo fiscal, com tributação

própria, e que haja listas separadas para a escolha da Assembleia Nacional e das diferentes assembleias regionais, ao contrário do que inicialmente estava previsto.

As duas principais forças políticas sul-africanas, que entre si totalizam mais de três quartos do eleitorado, concordam ainda em dar a garantia constitucional de que os poderes a conceder agora aos governos regionais não virão a ser anulados por um futuro governo central. E admitem o princípio de que "comunidades com uma língua e uma cultura comuns poderão exercer uma certa forma de autodeterminação", o que está a meio caminho de poder satisfazer os desejos de certos boers quanto a uma administração própria. Mas não querem de forma alguma que a África do Sul se transforme numa espécie de confederação, em que os diversos territórios federados fossem como que estados praticamente soberanos. — J.M.

Buthelezi admite concorrer depois de encontro com Mandela

PÚBLICO, 5.3.94

Fernando Sousa

Buthelezi recuou parcialmente em relação à sua decisão de boicotar as eleições sul-africanas de Abril, anunciando que vai propor a "inscrição provisória" do Inkhata no escrutínio. Mas a decisão definitiva depende dos resultados de uma "mediação internacional", ontem proposta a Mandela durante as conversações de Durban. As pressões que Clinton

e Major fizeram chegar por carta a Buthelezi não terão sido estranhas a este volte-face.

Não chega ainda para respirar fundo, mas o facto de Mangosuthu Buthelezi ter acedido à inscrição do Partido da Liberdade Inkhata (zulu) entre as formações concorrentes ao escrutínio de Abril pode indiciar a queda próxima da barreira que mais vem ameaçando as primeiras eleições multirraciais na África do Sul.

Aconteceu ontem, em Durban, onde Buthelezi se encontrou com Nelson Mandela, o líder do Congresso Nacional Africano (ANC), com quem iniciara, de manhã, negociações que os observadores, atendendo ao radicalismo zulu, adivi-

nhavam votadas ao fracasso.

"Para resolver os bloqueamentos constitucionais, o Inkhata e o ANC concordaram em examinar a possibilidade de uma mediação internacional e, para este efeito, o Inkhata vai encargar, a título provisório, a sua inscrição" na lista dos partidos concorrentes às eleições, disseram Buthelezi e Mandela, num comunicado comum emitido após uma jornada de discussões naquela cidade.

A data limite termina sexta-feira, ocasião em que, portanto, a formação zulu deverá ter formalizada aquela inscrição.

Os dois líderes negros rivais tinham surpreendido, ao princípio da tarde, os jornalistas, com sorrisos estampados nos rostos e um firme aperto de mão. "Tudo está a correr muito bem, muito bem na verdade, não podia ser melhor", afirmou Buthelezi, antes de se retirar, para almoçar. Eram sinais inesperados que, já a meio da manhã, ambos tinham mostrado aos repórteres que esperavam pouco do

encontro, iniciado sob o signo do pessimismo.

A cautela levava entretanto a porta-voz do Inkhata, Suzanne de Vos, a prevenir eventuais excessos de entusiasmo, ao afirmar que, apesar de ter decorrido, até ali, de uma forma "cordial e positiva", a ronda não deveria resolver divergências de fundo.

Os sorrisos tornaram-se amarelos quando Buthelezi reafirmou a sua oposição às eleições, apelando no entanto a uma "mediação" para se conseguir um acordo constitucional global, ao mesmo tempo que agitava o fantasma de uma possível "secessão". Mas já tinha entre mãos duas cartas importantes, assinadas pelo Presidente norte-americano, Bill Clinton, e pelo primeiro-ministro britânico, John Major, ambas apelando a que participas-

Continua na pág. 4

África do Sul suspensa do recuo de Buthelezi

Políticos acham bom demais

O RECUEO do líder zulu Mangosuthu Buthelezi relativamente ao prometido boicote às eleições gerais de Abril, anunciado terça-feira em Durban, após uma jornada negocial com o líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, causou reacções contraditórias na classe política sul-africana, dividida quanto à boa-fé do chefe do Partido da Liberdade Inkhata (IFP).

Pessimista, o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Meyer, disse ontem a uma emissora sul-africana que ainda não existem garantias de que Buthelezi participe mesmo na corrida dos dias 26 a 28 do próximo mês, e o próprio Presidente Frederik De Klerk duvidou do sucesso de uma mediação internacional entre o Inkhata e o ANC, medida acordada entre os dois líderes negros.

Mais optimista foi o porta-voz governamental Dave Stewart, citado pela AFP, que considerou o acordo, conquistado ao fim de sete horas de diálogo, como "um passo na boa direcção".

Buthelezi e Mandela con-

cordaram terça-feira em Durban na "inscrição provisória" do Inkhata às eleições, cujo prazo termina amanhã, e numa "mediação internacional" para resolver os diferendos que separam o partido zulu e o ANC nomeadamente quanto à autodeterminação da província do Natal e do Kwazulu.

Falando ontem no parlamento, reunido em sessão extraordinária precisamente para discutir uma proposta do Inkhata sobre o Natal e o Zwazulu, o chefe de Estado sul-africano sublinhou no entanto ser sua convicção de que as negociações iam continuar, reflectindo, aliás, a promessa assumida por Buthelezi e Mandela de que voltariam "com certeza absoluta" a encontrar-se brevemente.

Entretanto, a aprovação, pelo parlamento sul-africano, por 115 votos a favor e 33 contra, estes dois partidos da extrema direita branca, agrupados na Frente Popular Afrikaner (AWF), e do Inkhata, de uma série de emendas à Constituição provisória, incluindo o reforço dos poderes de nove re-

giões do país e o direito à auto-determinação de algumas etnias, não veio ajudar muito.

Enquanto a direita branca exige o reconhecimento do seu direito a constituir um estado branco separado da África do Sul, a negra luta por um alto grau de autonomia das regiões povoadas pelos zulus e a concessão de um estatuto especial ao rei Goodwill Zwelithini.

Buthelezi considerou as emendas como "uma receita para um desastre", voltando a brandir o fantasma da "excessão" do Zwazulu, o bantustão negro que dirige: "A causa do federalismo safu vencida e temos que procurar o nosso destino de outras maneiras", disse.

Mas enquanto Buthelezi afirmava que "de modo algum" passou a estar mais disposto a concorrer às eleições, o ministro dos Assuntos Internos, Danie Schutte, conhecido por ter ligações com o Inkhata, classificava o recuo do chefe zulu como "um sinal muito forte" de que está realmente interessado em ir às urnas.

A AFP cita ainda Tom Lodge, professor de ciências po-

líticas da universidade de Witwatersrand, um acreditado analista sul-africano, que considerou "muito provável" que a própria Aliança da Liberdade, de que o Inkhata faz parte, mudará de atitude dentro de duas semanas".

Lodge disse que o bantustão do Bophuthatswana tomará em breve o mesmo caminho que o Inkhata tomou agora e que a extrema-direita branca acabará por ficar isolada. Aliás, já ontem os dirigentes quer do Bophuthatswana quer do AWF, que também integram a aliança, reuniram-se para estudar o recuo do Inkhata.

"Isso afastará o risco de uma guerra civil. Tudo o que vai restar são alguns barrigudos em uniforme", afirma Tom Lodge. ■

SSINE ASSINE ASSINE
SSINE ASSINE ASSINE
SSINE ASSINE ASSINE
SSINE ASSINE ASSINE
SSINE ASSINE ASSINE
SSINE ASSINE ASSINE
SSINE ASSINE ASSINE
SSINE ASSINE ASSINE
SSINE ASSINE ASSINE
SSINE ASSINE ASSINE

FAÇA JA
SUÁ ASSINATURA

LIGUE 531-2000
RAMAL 259

Continuação
da pág. 3

Buthelezi admite concorrer depois de encontro com Mandela

se nas eleições de 26 a 28 de Abril.

Mandela promoveu o encontro para convencer Buthelezi — com quem se reuniu a última vez em Junho do ano passado, quando ambos combinaram encontrar-se regularmente e em público — a desistir do boicote às eleições do próximo mês, corrida em que os zulus disseram que participariam se algumas das suas reivindicações fossem satisfeitas.

Exigências zulus

Entre as exigências zulus, que o acordo alcançado não neutralizou, encontra-se o reconhecimento do direito à soberania da província do Natal e do antigo bantustão do Kwazulu,

cujos líderes pretendem o adiamento das eleições na província durante um ano, período em que a actual Constituição não se aplicaria na província, que entretanto prepararia um diploma próprio. Depois, seria a independência dos territórios sob o nome de Natal/Kwazulu.

Por isso, observadores na cidade, situada à beira do Índico, mostraram-se nos últimos dias pessimistas quanto ao resultado da ronda, sublinhando a diferença com que os dois líderes foram a Durban: Nelson Mandela disposto a "pôr-se de joelhos" para convencer Mangosuthu Buthelezi a acabar com a efusão de sangue, este a dizer que não faria nem esperava concessões, e a mostrar-se "ofendido" com a sugestão de que é ele o único culpado da violência.

"Espero que ele não perca o seu tempo a tentar convencer-me a aceitar esta

Constituição falseada", disse Buthelezi. "Devolvo a Mandela a insinuação segundo a qual sou eu o responsável pela efusão de sangue", acrescentou, referindo-se à disposição do seu opositor em se ajoelhar.

Falta convencer Terre Blanche

O único assunto que Buthelezi aceitara discutir era a violência política que causou, no ano passado, mais de 4400 mortos, segundo números da agência France Presse. Confrontos entre simpatizantes do ANC e do Inkhata provocaram só no fim-de-semana 29 mortos, noticiou entretanto a Reuter.

Mas o facto, no entanto, do líder zulu ter cedido a encontrar-se com o líder do ANC, depois deste ter dito

que poderia ceder em tudo menos quanto à data das eleições, agendadas para o próximo mês, e à forma unitária do estado, fez admitir aos analistas que nem tudo estava antecipadamente perdido.

O parlamento sul-africano está reunido na Cidade do Cabo, em sessão extraordinária, para apreciar uma proposta dos deputados do Inkhata de alteração da Constituição, visando conferir ao Natal e ao Kwazulu o estatuto de autodeterminação. Mandela admitiu uma certa autonomia, mas Buthelezi achou a solução curta demais.

Indisposto, entretanto, a quaisquer conversações está Eugene Terre Blanche, líder do Movimento de Resistência Afrikaner, que afirmou na segunda-feira comandar 60 mil "soldados de Deus" treinados e dispostos a defender a tiro uma terra só para si. ■

Compromisso assumido com De Klerk e Mandela

Durão Barroso vai pedir à UE mais atenção à África do Sul

PÚBLICO, 4.3.94

JA NA próxima segunda-feira, quando os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze se reunirem para mais um Conselho de Assuntos Gerais, Durão Barroso poderá propor um empenhamento mais efectivo da União Europeia no processo de transição sul-africano.

Um compromisso nesse sentido foi assumido pelo MNE português nos encontros com Frederik de Klerk (quarta-feira, no Cabo) e com Nelson Mandela (ontem, em Joanesburgo).

Antes da reunião com De Klerk, o primeiro compromisso desta viagem de três dias à África do Sul, Durão Barroso considerara "encorajadores" os sinais de um possível recuo de Buthelezi, no sentido de integrar o partido Inkatha ao processo eleitoral. No encontro com o presidente-candidato — a deslocação ao Cabo foi imposta pela agenda de campanha de De Klerk —, Barroso discutiu a necessidade de reforçar a cooperação regional e a reactivação do projecto de Cahora Bassa, um assunto

de interesse bilateral. Isto, naturalmente, para além da avaliação da transição sul-africana. À saída, mais uma manifestação de confiança, com Durão Barroso a salientar, em declarações à agência Lusa, a "capacidade das forças de segurança e da própria plataforma de trabalho já encontrada pela maioria das forças políticas do país para contrariarem eventuais tentativas de desestabilização".

Horas depois — e uma vez percorridos num avião alugado os mil e quinhentos quilómetros que separam o Cabo de Pretória —, foi a vez dos representantes da comunidade portuguesa, com quem o ministro jantou na embaixada, ouvirem Durão Barroso dizer que só o envolvimento alargado na transição constituirá o antidoto eficaz contra o "potencial desestabilizador de algumas forças".

A manhã de hoje começou com um encontro com Nelson Mandela, que o dirigente do ANC considerou "muito útil". Falando à Lusa

após o encontro, em Joanesburgo, Mandela sublinhou a "experiência que Portugal tem em transições políticas, particularmente na África Austral", referindo que as "situações difíceis" em ex-colónias portuguesas se "podem repetir" da África do Sul. O mesmo assunto foi abordado no almoço de Barroso com o seu colega sul-africano "Pik" Botha.

E são precisamente os processos de transição na África Austral o tema da conferência promovida pelo Instituto Internacional Sul-Africano — entidade responsável pelo convite que esteve na origem da visita —, que Durão Barroso abriu ontem à noite. Hoje a visita prossegue uma série de contactos envolvendo figuras partidárias. O ministro português avista-se com Ferdi Hartzenberg (Partido Conservador), com o general Viljoen (Frente Afrikander) e Zach de Deer (Partido Democrático).

O leque, no entanto, não ficará completo sem um contacto com Mangothusu

Buthelezi. Admitia-se ontem que ele ainda pudesse ocorrer durante o dia de hoje — o ministro só regressa a Lisboa à noite —, mas o líder do Inkatha não tinha ainda indicado a hora a que estaria disponível para receber Durão Barroso, que assim corre o risco de encerrar a visita sem poder avistar-se pessoalmente com um personagem-chave da transição sul-africana.

Guterres chega hoje

Antes de Durão Barroso embarcar com destino a Lisboa, chega a Joanesburgo António Guterres. O secretário-geral do PS desloca-se à África do Sul para presidir a uma reunião do Comité Africa da Internacional Socialista.

Para além de intervir na abertura da reunião da IS, Guterres pretende aproveitar a visita para uma série de encontros bilaterais com personalidades não identificadas no programa distribuído pelo Partido Socialista. ■

Joaquim Trigo de Magalhães

África do Sul vai ter mediação internacional

Nem tudo está perdido

O ANC, de Nelson Mandela, que tenta a todo o custo que o maior número possível de formações políticas vá às eleições gerais de 26 a 28 de Abril, formalizou ontem a sua aceitação de uma proposta da Aliança da Liberdade para que haja mediação internacional no conflito constitucional sul-africano.

O líder do Partido Inkatha, principal força da Aliança, Mangosuthu Buthelezi, dissera pouco antes que entraria em campanha logo que começasse a mediação externa, mas ainda ninguém sabe muito bem qual a forma que esta irá assumir.

As inscrições para o acto eleitoral devem terminar hoje à noite e Buthelezi gostaria que a ida às urnas ficasse para mais tarde, mas até agora o governo e o ANC não transigiram nesse ponto, pelo que tudo continua marcado para o fim de Abril, devendo os resultados ser conhecidos apenas 48 ho-

ras depois do encerramento das assembleias; ou seja, na noite de 30 de Abril, um sábado.

O Presidente Frederik de Klerk ainda não comentara ontem à tarde a aceitação pelo ANC da proposta de mediação feita por aqueles que não aceitam a Constituição interina na sua forma actual, mas na véspera observara haver já pouco tempo para novos ajustamentos, antes das eleições.

Reunidos ontem na Cidade do Cabo, durante perto de três horas, os dirigentes da Frente do Povo Afrikaner, do Inkatha e do Bophuthatswana, que constituem a Aliança da Liberdade, corroboraram a anterior proposta de Buthelezi no sentido de ainda poderem ir às urnas se acaso houver mediação internacional.

Trata-se agora de conseguir que a ONU, os Estados Unidos, a União Europeia ou qualquer outra instância internacional ajudem a ultrapassar as divergências

ainda em aberto entre os grupos que desde sempre aceitaram as eleições, como o ANC e o Partido Nacional, e os que se têm mostrado extremamente renitentes, por desejarem fortes poderes autónomos para as diferentes regiões e grupos étnicos.

Jogo complicado

O processo de transição da África do Sul para a plena democracia é um dos mais complicados jogos políticos a que o mundo assistiu na última década, pelo que tão depressa parece estar-se à beira da catástrofe como se admite que quase tudo possa ainda ser salvo.

As enormes riquezas sul-africanas, a começar pelo ouro, fazem com que o mundo não seja de forma alguma indiferente ao que ali se passa e que as grandes potências se empenhem muito a sério na salvação daquele que poderá

ser um autêntico motor do desenvolvimento económico de grande parte da África.

Washington e Londres sabem que, no dia em que o processo democratizador patrocinado nos últimos anos por De Klerk fosse por água abaixo, degenerando em drama, se perderiam as últimas esperanças de desenvolver nos territórios africanos abaixo do Equador uma próspera sociedade multirracal.

Por isso é que não faltará de certo quem se preste ao papel de mediano e de apaziguador das tensões existentes, de modo a que as primeiras eleições livres abertas a todo o povo da África do Sul não constituam de forma alguma pretexto para uma terrível carnificina.

Os resultados só serão anunciados 48 horas depois de fecharem as assembleias de voto para que a Comissão Eleitoral possa receber durante esse período quaisquer queixas que haja sobre tudo o que acontecer de 26 a 28 de Abril, não ficando as queixas dependentes dos partidos gostarem ou não dos resultados obtidos. ■ J.M.

PÚBLICO, 4.3.94

Lisboa rejeita ligação a partido de portugueses

EXPRESSO, 5 3 93

O GOVERNO rejeita liminarmente a ideia de ter «inspirado» ou estar por detrás do partido português da África do Sul, anunciado esta semana. De acordo com fontes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as especulações a este respeito, com eco na imprensa sul-africana, nasceram do facto de os promotores da nova formação política terem feito coincidir o seu anúncio com uma visita de Durão Barroso àquele país. A mensagem do ministro, sublinham as mesmas fontes, foi no sentido contrário: «Chamar os portugueses a participarem no processo democrático sul-africano, sublinhando que não se deviam meter num gueto».

O «Partido Luso-Sul-Africano», cujo registo já custou 30 mil randas (cerca de 1500 contos) aos seus promotores, propõe-se concorrer às eleições legislativas de Abril e às eleições locais de Pretória. Os seus fundadores, Tony Gouveia, um professor de psicologia da Universidade do Soweto, nascido na África do Sul, e Manuel Moutinho, um homem de negócios, imigrante e ex-membro do PSD, estão confiantes em bons resultados, uma vez que a lei eleitoral do país confere grandes possibilidades a agrupamentos minoritários. Segundo os seus cálculos, bastarão

50 mil votos (de uma comunidade de 700 mil pessoas) para conseguirem eleger um representante no novo Parlamento.

Para Tony Gouveia, o partido não tem propriamente uma base ideológica. «Somos, antes de tudo, democratas, tentando fazer aderir os portugueses ao processo democrático», acrescentou.

A grande comunidade portuguesa, com fama de conservadora, não produziu até agora, porém, qualquer figura de relevo na política do país. Mesmo em Jeppe, circunscrição de maioria portuguesa ou lusodescendente, o deputado actualmente eleito (pelo Partido Nacional, de De Klerk) é de origem boer.

Um dos poucos luso-descendentes radicados na política, John Vieira, que foi presidente da Câmara da cidade de Port Elizabeth (curiosamente a terra natal de Tony Gouveia), mostra-se céptico em relação ao Partido Luso-Sul-Africano. Quando ouviu falar da iniciativa, telefonou a vários membros da comunidade e concluiu: «O sentimento geral é de que não existe necessidade de um partido de portugueses. Todos pensam que os partidos existentes estão aptos a defender os seus interesses».

VIOLENTOS COMBATES EM ANGOLA — O exército angolano lançou, com apoio aéreo, uma ofensiva para retomar o controlo de quatro localidades que têm estado em poder da UNITA na província da Huíla, no Sul do país, noticiou ontem a agência France Presse, com base em fontes militares do Lubango, a capital provincial. Cinco mil homens lançaram-se ali ao assalto de Caluquembe, Caconda, Chipindo e Chicomba, enquanto no Norte — segundo fonte citada pela Lusa — as Forças Armadas recuperaram Nambuangongo e Ambriz. Por outro lado, em Lusaka, e segundo a expressão do próprio «Jornal de Angola», prossegue o braço-de-ferro entre representantes de Luanda e da UNITA, sendo difícil de acreditar que um acordo de cessar-fogo e de reconciliação nacional se torne possível dentro dos próximos 15 dias.

Policías suspensos em Luanda

O MINISTRO angolano do Interior e comissário-geral da Polícia, Santana Petroff, suspendeu antontem toda a direcção do Departamento de Viação e Trânsito daquela corporação por alegada corrupção, segundo a Lusa. Em nota ontem divulgada, o ministro classificou de graves as denúncias publicadas em carta de leitor no Jornal de Angola, a 1 de Março, na qual um suposto ex-membro de uma quadrilha de falsificadores de documentos expunha a trama. O ministro anunciou a suspensão de todos os integrantes da Direcção de Viação, à excepção do seu director nacional e a instauração de um inquérito contra todos os acusados. Caso se confirmem as acusações, os envolvidos deverão ser punidos ao abrigo da lei militar vigente em Angola, que ainda não aboliu a pena de morte, continua a nota. O denunciante acusou o director nacional adjunto e outros chefes de sector da Direcção de Viação de legalizarem viaturas roubadas ou desviadas e de passarem cartas de condução indevidas em troca de grandes somas de dólares americanos. PÚBLICO, 4 3 94

BARROSO DEFENDE GOVERNO DE UNIDADE NACIONAL EM MOÇAMBIQUE — O ministro português dos Negócios Estrangeiros disse ao correspondente da agência Lusa em Joanesburgo que a formação de um governo de unidade nacional pode ser a chave para uma transição estável em Moçambique. Durão Barroso defendeu esta posição após a sessão de abertura de uma conferência sobre os processos de transição na África Austral, promovida pelo Instituto Internacional Sul-Africano, de que foi o orador de honra. Barroso, que ontem à noite deixou a África do Sul, depois de uma visita de três dias, afirmou ainda que regressa a Portugal mais «confiante» no êxito da transição sul-africana, embora entenda que persistem razões para «alguma apreensão». Antes de embarcar rumo a Lisboa, o MNE português avistou-se com os líderes do Partido Conservador, Ferdi Hartzenberg, e da Frente Popular Afrikander, general Viljoen, a quem apelou firmemente no sentido de que essas forças políticas participem nas eleições de Abril. PÚBLICO, 5 3 94

Encontro entre Dos Santos e Nzita em Paris Promessas de cessar-fogo em Cabinda

PÚBLICO, 4 3 94

O LÍDER e fundador da organização guerrilheira de Cabinda FLEC-FAC, Nzita Tiago, negociou a declaração de um cessar-fogo no enclave com o Presidente José Eduardo dos Santos, durante um encontro sem precedentes que decorreu durante a recente visita do chefe do Estado angolano a França. «Quando o Presidente Eduardo dos Santos ordena o cessar-fogo, convoco todos os líderes cabindenses para uma reunião nas áreas libertadas de modo a que se encontre um interlocutor para as conversações sobre o estatuto de Cabinda com as autoridades angolanas», disse Nzita Tiago, na noite passada ao PÚBLICO, confirmando uma notícia da «Jeune Afrique».

No número de Março, agora saído, esta revista diz que os dois líderes se avistaram em segredo, em 25 de Fevereiro passado, no Hotel de Crillon, em Paris, num

encontro organizado pela diplomacia francesa, que tem dado apoio discreto a Nzita Tiago. Nenhuma informação oficial foi dada sobre o encontro em Angola, embora a possibilidade da sua realização tenha sido aventada em meios políticos, apurou o PÚBLICO em Luanda.

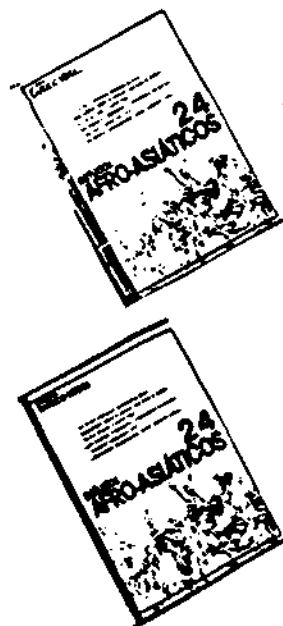
Nzita Tiago, de 66 anos, é tido como o mais reticente ao diálogo de todos os líderes históricos que defendem a separação de Cabinda de Angola. Para além de uma declaração formal de cessar-fogo, põe como condição para o início de conversações o recuo das forças governamentais «do Norte e Centro, até Landana», nas proximidades da capital do enclave. «É preciso que deixem aquela parte toda livre para que o encontro (entre os representantes das diferentes facções independentistas) se realize em tranquilidade», disse o líder ao PÚBLICO,

esclarecendo que não aceita nem Portugal nem Luanda como cenário para quaisquer reuniões de negociação.

As diferentes facções da FLEC consideram que Portugal cometeu «secessão territorial quando em 1975, no Alvor, reconheceu o direito à independência de Angola com fronteiras de Cabinda ao Cunene, argumentando que o enclave era um protectorado português, «de acordo com tratados assinados entre 1883 e 1885 e reiterados pela Constituição de 1933».

Cabinda, separada do resto de Angola pelo rio Zaire, fornece dois terços da produção total de petróleo do país. Um boicote decretado pela FLEC às eleições de Setembro de 1992, em Angola, foi seguido por 93 por cento dos 200 mil eleitores do enclave. ■

Adelino Gomes



FAÇA JÁ
SUÁ ASSINATURA

LIGUE 531-2000
RAMAL 259

Conspiração da direita sul-africana contra secretário-geral do ANC

General branco salvou líder negro

Jorge Heitor*

Foi o próprio líder da Frente Popular Afrikaner quem avisou o ANC de que alguns dos seus correligionários se preparavam para matar o eventual sucessor de Mandela. Contradições de um processo extremamente complicado em que está em jogo o futuro de 40 milhões de sul-africanos.

O Congresso Nacional Africano (ANC), que crê ter o apoio de mais de 60 por cento dos cidadãos da África do Sul, anunciou ontem ter aumentado as medidas de segurança à volta dos seus dirigentes, depois de o maior jornal do país, "The Sowetan", dar a notícia de uma conspiração da direita para matar o secretário-geral daquele partido, Cyril Ramaphosa.

Século a notícia, foi o próprio líder da Frente Popular Afrikaner (FPA), general

Constand Viljoen, figura já contestada por alguns dos grupos da extrema-direita, quem informou o ANC de que elementos não identificados se estariam a preparar para abater o braço direito de Nelson Mandela, depois de o ano passado já ter sido assassinado o secretário-geral do Partido Comunista, Chris Hanu.

"The Sowetan" indicou que aquele general branco na reserva passara a informação à maior força política sul-africana por ter o receio de que o assassinio de mais um destacado dirigente negro viesse a mergulhar o país num banho de sangue, muito superior a todos os incidentes até agora verificados.

A ser verdadeira a versão apresentada, estaríamos perante a confirmação de que a FPA não é mais do que uma imensa manta de retalhos, indo desde o Partido Conservador, de Ferdi Hartzenberg, a uma série de pequenos grupos situados à sua direita, como o Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), de Eugène Terre'Blanche, e os Lobos Brancos. E enquanto alguns dos seus componentes pretendem defender a identidade boer dentro de uma certa legalidade, outros não hesitam em recorrer ao crime para atingir os seus fins.

No conjunto, as forças da FPA — associadas ao Inkatha e ao Bophutawana na chamada Aliança da Liberdade — não devem representar muito mais do que seis por cento da

população total da África do Sul, mas são particularmente significativas porque algumas delas poderão recorrer a táticas de terror, como a eliminação de Mandela, Ramaphosa ou outros dos principais dirigentes da África do Sul.

Inkatha inscreve-se

Ontem à tarde, a pouco mais de seis horas de expirar o prazo previsto para a inscrição dos partidos que acedem participar nas eleições gerais de Abril, o líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, afirmou que tencionava fazer uma inscrição provisória, mas que isso não significava a certeza de ir às urnas.

Para alguns observadores, era uma vez mais Buthelezi "a fazer Teatro" e a manter o suspense até ao fim, ele que tanto gosta de estar em cena e de dar a impressão de que tudo depende da sua última palavra, se bem que apenas represente, segundo as sondagens, uns oito por cento do eleitorado total.

Entretanto, e apesar de ao fim da manhã o Presidente De Klerk haver dito que não, ao entardecer ainda se acreditava em Joanesburgo que o prazo de inscrição para as eleições viesse a ser uma vez mais prorrogado, de modo a que os renitentes ainda tivessem três ou quatro dias extra para apanhar o comboio

De Washington,

Londres, Bruxelas e Lisboa surgiram ao longo da semana conselhos para que todas as sensibilidades políticas se apresentassem a sufrágio, como única forma de impedir o terror ou a guerra civil, potencializando antes as grandes perspectivas de recuperação económica da África do Sul, após um marasmo de 10 anos motivado pelas sanções internacionais.

As atitudes de Mandela e De Klerk contra os excessos de reivindicação autonómica por parte de certas forças, como o Inkatha, contaram ontem com o apoio de uma sondagem segundo a qual a eventual independência de um reino zulu é rejeitada por 84 por cento da população negra da província do Natal, a mais directamente afectada por esse projecto.

A maioria da população pretende, sim, que o rei Goodwill Zwelithini fique à frente de uma região que se poderá muito bem chamar Kwazulu-Natal, mas no âmbito da África do Sul e sem quaisquer veleidades de independência. E acha mal que o monarca tradicional dos zulus alinhe com muitas das posições de Buthelezi, que é seu tio e tem sido primeiro-ministro do bantustão reservado àquela etnia. *

* com Steven Lang, em Joanesburgo

ONU explora mão-de-obra

EXPRESSO, 5.3.93

DEPOIS do «escândalo da exploração sexual infantil» praticada por elementos da força das Nações Unidas em Moçambique (Onumuz), alguns dos seus observadores e soldados são acusados de estarem também envolvidos na exploração de mão-de-obra, infantil e adulta, uma prática a que tanto o Governo como a Renamo «fecham os olhos», dada a delicadeza do assunto e a actual situação político-social do país.

O EXPRESSO constatou que, nas províncias de Sofala (centro) e Niassa (norte), elementos da força multinacional de manutenção de paz exploram mão-de-obra infantil e praticam escravatura.

Muthimbi Mabegi, 40 anos, e Salvador Francisco, 25 anos, embora naturais da província da

Zambézia, militam desde 1984 nas fileiras da Renamo e estão «acantonados» na área deste movimento em Chiramba, na província de Sofala. Ambos são usados por funcionários da Onumuz como escravos. Fazem todos os trabalhos, sem horário nem remuneração, a troco de restos de comida.

Carlos Nkanic, 48 anos, e Maulino Raiton, 13 anos, são dois civis que dizem ter «muita sorte». Trabalham por oito observadores da Onumuz na área de acantonamento das tropas do Governo em Marrupa, na província do Niassa. Têm um soldo mensal de 80 mil e 40 mil meticals, respectivamente, o equivalente a 2600 e 1300 escudos. Trabalham durante nove horas diárias. Nkanic é cozinheiro e arrumador dos «quartos» dos

acampamentos dos «capacetes azuis», enquanto Raiton se ocupa das limpezas e da «caça» de «manas» que, à noite, entretêm os «cunhados» da Onumuz, conforme declarou ao EXPRESSO.

Raiton, que já se expressa razoavelmente em inglês, fruto da convivência com soldados de diversas nacionalidades, está tão satisfeito com a situação que nem quer ouvir falar na eventualidade da partida dos homens da Onumuz. «Afinal irão embora? Só espero que isso nunca aconteça», afirma, ao ser questionado sobre o que fará após o termo da operação, em Moçambique.

Uma fonte da secretaria de Estado da Acção Social moçambicana reconhece que a exploração infantil tende a crescer e

lamentou o facto de ser praticado por elementos das Nações Unidas.

Muitos moçambicanos com algum desafogo económico e estrangeiros residentes no país exploram a situação, aproveitando-se da débil situação financeira de muitas famílias resultante da guerra civil, que se arrastou durante 16 anos acompanhada de calamidades naturais.

Em relação às crianças, na sua maioria são utilizadas como cobradores dos famosos «chapa-100» (carreiras de autocarros) a troco de um mísero pagamento ou restos de comida.

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

Governo de Carlos Veiga foi remodelado

DUAS semanas depois de realizada a convenção do Movimento para a Democracia (MPD), que reafirmou a liderança do primeiro-ministro, Carlos Veiga, o novo elenco governamental cabo-verdiano foi ontem divulgado.

De realçar apenas o aparecimento de duas caras novas, a de Pedro Freire Andrade para o Ministério da Justiça e a de João Medina para o da Saúde, bem como o aparecimento de um lugar de ministro da Presidência do Conselho, entregue a Mário Silva, até aqui titular da Administração Interna.

O ministro da Presidência tem sob a sua responsabilidade os sectores da Administração Pública e Interna. O novo Governo passa a contar igualmente com um Ministério do Emprego, Juventude e Promoção Social, cujo titular ainda se desconhece. E outra novidade é o desaparecimento das figuras de ministros de Estado.

José António dos Reis, até aqui secretário de Estado da Juventude e Promoção Social, re-

gressa à Assembleia Nacional, onde já liderou a bancada do MPD. De todas as alterações, esta poderá ser a mais surpreendente, uma vez que Reis era tido como o eventual super-ministro para a área social.

Carlos Veiga, que já remodelou seis vezes o Governo desde que há pouco mais de três anos ganhou as eleições, continua a acumular a pasta da Defesa e o seu irmão José Tomás mantém-se no lugar de ministro da Coordenação Económica, ao lado de Ulpio Fernandes (Finanças) e João Higino do Rosário (Turismo, Indústria e Comércio).

Declinações

O novo Governo, que deverá ser empossado na próxima semana pelo Presidente da República, António Mascarenhas Monteiro, está longe do desejo pelo seu promotor. Informações que correm nos meios políticos da Cidade da Praia dão conta de que vários dos nomes contactados por Carlos

Veiga teriam preferido declinar o convite.

Enquanto alguns dos "ministérios", como é o caso de Raul Varela, actual juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, preferiram não entrar no governo, outros viram os seus nomes vetados, ao que tudo indica, pelo próprio Chefe de Estado.

Um deles foi o antigo embaixador em Lisboa Eugénio Inocêncio, que chegou a ser aventado para ministro da Cultura e da Comunicação. Descartada a hipótese, Humberto Cardoso, conselheiro político do primeiro-ministro, passou a ser o nome mais certo para essa pasta, mas tudo indica que também foi vetado, pelo que não restou a Veiga senão manter Ondina Ferreira no lugar.

A ser verdade, esta é a segunda vez que Humberto Cardoso se vê barrado pelo Presidente da República para altos cargos da administração. Membro da Comissão Política do MPD, há cerca de um ano o seu "aconselhado" tentou, sem re-

sultado, nomeá-lo embaixador de Cabo Verde em Washington.

O regresso de José António dos Reis à Assembleia Nacional é interpretado como fazendo parte de uma estratégia visando o reforço do grupo parlamentar do MPD. Com a cisão verificada recentemente no seu seio, a luta irá concentrar-se a partir de agora nesse fórum.

Os apoiantes de Eurico Monteiro pretendem empenhar os seus esforços no Parlamento, pelo que não descartam sequer a possibilidade de tentar demitir o governo. Deputados afetos ao grupo não escondem que pretendem solicitar para Abril uma sessão extraordinária da legislatura em que possam confrontar Veiga com várias situações embaraçosas.

Admite-se igualmente que Reis possa substituir Gualberto do Rosário na liderança parlamentar do MPD, a fim de este último ser indigitado embaixador em Lisboa.

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

África do Sul tem 26 listas inscritas para as eleições

"Suspense" mesmo até ao fim

PÚBLICO, 6.3.94

Jorge Heitor*

O Inkatha inscreveu-se para as eleições sul-africanas do mês de Abril, sem no entanto dar a certeza de participar. O general Viljoen também se inscreveu, à última hora, mas os seus parceiros na Frente Popular Afrikaner dizem que não querem ir às urnas. O Bophutatswana afirma que talvez se inscreva amanhã, se ainda lho permitirem fora do prazo. É o "suspense" levado às últimas consequências.

O processo de gestão da nova África do Sul parece dia a dia mais complicado, com algumas formações aparentemente dispostas a deixarem todo o mundo em suspenso até à hora da abertura das urnas, que ainda não é possível confirmar com toda a certeza que seja mesmo nos últimos dias de Abril, conforme

está marcado.

Há poucas certezas quanto ao que irá acontecer durante os próximos meses, para além da convicção quase geral de que o Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela, é mesmo a principal força política do país, capaz de — em aliança com o Partido Comunista — conseguir claramente mais do que 50 por cento dos votos expressos. E de que o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, deverá ficar em segundo lugar, contando para isso com uns 15 por cento do eleitorado, incluindo talvez a maioria dos cidadãos mestiços e indianos.

Depois, na terceira posição, à roda dos oito por cento, poderá decerto ficar o Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, se este político se decidir de vez se vai ou não até às urnas, depois de feita a mediação internacional que na terça-feira propôs a Mandela e que ainda não se sabe muito bem que forma é que irá assumir, se bem que em princípio a ONU nela deva participar.

Sexta à noite, a poucas horas de expirar o prazo que existia para que as diversas listas se inscrevessem, o presidente nacional do Inkatha, Frank Mdlalose, incumbiu-se dessa tarefa, mas só amanhã é que começa a negociação sobre os medianeiros internacionais e só daqui a algumas

semanas, portanto, é que se saberá se o partido normalmente associado com a etnia zulu aceita ou não o escrutínio.

Boers divididos

Naquela mesma noite, e no quarto de hora final, o general Constand Viljoen, antigo Chefe do Estado-Maior General das Forças Sul-Africanas de Defesa, também esteve na Comissão Eleitoral Independente, mas em vez de registar a Frente do Povo Afrikaner (FPA), de que é um dos líderes, inscreveu sim o nome de Frente da Liberdade, designação inteiramente nova.

Explicou então Viljoen que não tivera tempo de consultar devidamente todos os seus pares na FPA, pelo que — como providência cautelosa — não quisera deixar de todo encerrado o caminho para uma eventual ida às urnas dos afrikaners (ou boers) que pretendem um Estado próprio, dentro de uma espécie de Confederação sul-africana.

Ontem, pouco mais de 12 horas decorridas, a assembleia geral da FPA, reunida sob a direcção de Ferdi Hartzenberg, líder do Partido Conservador, desautorizou de algum modo o general Viljoen, dizendo uma vez mais que não, que não senhor, não ha-

verá participação nas eleições. A não ser que... o governo e o ANC ainda venham a transigir e a aceitar a existência de um Volkstaat, um território onde os sul-africanos de origem holandesa, francesa e alemã não tenham de ficar sujeitos a administradores negros, o que para muitos deles é bem difícil de admitir.

Era a confirmação das fortes divergências desde sempre existentes entre as diferentes sensibilidades da comunidade afrikaner, que no seu todo congrega uns três milhões de indivíduos, desde os militantes do Partido Nacional, aos do Partido Conservador e aos de uma série de pequenas formações situadas mais à direita.

O Partido Conservador tem vindo a tomar posições mais extremistas desde que no ano passado faleceu Andries Treurnicht e a liderança passou a ser assegurada por Hartzenberg, que aparentemente se situa agora entre a relativa moderação de Constand Viljoen e o neo-nazismo do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), de Eugène Terre-Blanche.

Bophutatswana indeciso

No confuso panorama actual da cena política sul-africana, o Inkatha e a FPA/Frente da Li-

Continua na pág. 9

Polícia de Luanda acusada de colaborar com "gangs"

Aguir dos Santos, em Luanda

Numa Luanda superlotada, a criminalidade não pára de aumentar. Nos musseques, mas também nas altas esferas, uma vez que aumentam os sinais de que existe uma teia de cumplicidades entre as autoridades policiais e o submundo do crime. O destino de dinheiro apreendido em rusgas e a existência de redes de legalização fraudulenta de viaturas de luxo, casos que têm saltado para as páginas dos jornais, surgem a par de denúncias de envolvimento de altas patentes da polícia com "gangs" que actuam quase livremente e detêm verdadeiros arsenais. E começam a surgir, inclusivamente, sinais da existência de "equadrões da morte" que exerceriam pressões violentas e ameaçariam de morte os que se manifestassem contra o clima de corrupção existente.

PÚBLICO, 7.3.94

tes estrangeiros, na maioria libaneses, acusados de "sabotagem económica".

Depois de detido e de, posteriormente, ter sido expulso da respectiva corporação, um grupo constituído por dois subinspectores, dois inspectores e um subintendente recorreu para a Assembleia Nacional (AN) da decisão do ministro do Interior, André Petroff. No recurso, os cinco oficiais punham em causa o destino dado às "caixas de dinheiro" existentes no interior dos armazéns pilhados aos comerciantes libaneses.

A exposição enviada a França Van-Dunem, presidente da AN, a que o PÚBLICO teve acesso, levanta dúvidas quanto à seriedade da Comissão do Comando Provincial de Luanda, à guarda de quem ficou depositado o dinheiro. Além disso, acusa o chefe de departamento de justiça do comando-geral — colaborador próximo de Petroff — de "encobrir os arrombamentos".

Desde então, as suspeitas sobre a corporação não deixaram de se avolumar.

"Amigo branco de infância"

"Pediram o nosso aval (como deputados) para a operação contra os libaneses, dizendo-nos que eles guardavam triliões de kuanzas nos contentores. Afinal, recupe-

rou-se uma ninharia, e nem sabemos quanto dinheiro era ao certo nem onde foi parar", disse ao PÚBLICO um deputado do MPLA.

Para o insucesso da operação, planeada pelos Serviços de Informação do Ministério do Interior (Sinfo), teriam contribuído, segundo membros da AN, os laços de cumplicidade existentes entre certas chefias policiais e os libaneses.

Confrontado com a acusação, o comandante-geral-adjunto da polícia, Bartolomeu Kiffo, nega-a. No entanto, segundo o PÚBLICO apurou, os Sinfo têm na sua posse videocassetes que incriminam o comandante da instituição, Gaspar da Silva, que se teria comprometido a proteger alguns dos comerciantes expulsos em troca de chorudas recompensas.

Os filmes mostram Gaspar da Silva em companhia de "um amigo branco de infância", que — garante — é impossível confundir com qualquer libanês.

Notícias posteriores fizeram também eco de que o comandante estaria sob inquérito por ter concedido credenciais de porte de arma a cidadãos libaneses, facto que nunca foi publicamente desmentido.

Este somatório de suspeitas em torno de Gaspar da Silva levou a que um grupo de oficiais se dirigisse ao Presidente

Continua na pág. 10

Continuação da pág. 8

"Suspense" mesmo até ao fim

berdade constituem uma Aliança da Liberdade com o Bophutatswana, o bantustão que o apartheid criou para a parte do povo tswana que tinha ficado de fora do Botswana e que está muito renitente em desistir agora da sua pseudo-independência.

O Presidente desse território que vive do turismo e do jogo, Lucas Mangope, anunciou ontem que não se encontra muito inclinado a participar nas eleições gerais sul-africanas, a menos que a Constituição interina ainda seja uma vez mais alterada, no sentido de assumir um pendor federalista. Entretanto, e de qualquer

modo, acrescentou, talvez ainda se inscrevesse amanhã no processo eleitoral, se lhe abrissem uma excepção e permitissem o registo fora de prazo...

Estas complicadas tergevisações de alguns dos personagens do processo em curso na África Austral têm bastante a ver com a dificuldade de aceitação da perda iminente de certos privilégios adquiridos. Os brancos situados mais à direita não se querem habituar à ideia de que deixam a partir de agora de ser uma casta superior; Buthelezi receia perder o seu lugar de primeiro-ministro do Kwazulu, o bantustão dos zu-

lus, disperso por várias zonas da província do Natal; e Mangope já se acostumara demasiado à Presidência de um Estado de prazeres, onde Sun City é uma espécie de réplica tropical de Las Vegas.

Mais moldável do que essas pessoas tem sido Frederik de Klerk, que de legítimo herdeiro da geração que institucionalizara o apartheid se transformou em poucos anos no seu coveiro e deixa até admitir que venha a ser um dos vice-presidentes de Nelson Mandela.

Quanto ao líder do ANC, que tem demonstrado verdadeiras qualidades de estadista, não per-

de uma oportunidade de tentar cativar os seus adversários, ao mesmo tempo que actua no sentido de aprofundar as contradições existentes entre eles. E foi assim que, segundo fontes do seu próprio partido, teria sugerido na última terça-feira a Buthelezi a hipótese de ainda lhe arranjar um lugar de vice-presidente, mesmo que tal requiera mais uma alteração constitucional. O rebuçado que faltava para que o Inkatha se inscrevesse no processo eleitoral, mesmo que a título provisório. ■

Com Steven Lang, em Joanesburgo

Continuação da pág. 10

Polícia de Luanda acusada de colaborar com "gangs"

Eduardo dos Santos pedindo-lhe que usasse da sua influência para moralizar uma corporação desacreditada aos olhos da opinião pública.

Mas o lavar de "roupa suja" nas altas esferas do Ministério do Interior não fica por aqui. Na terça-feira passada, o "Jornal de Angola" publicava, com grande destaque, a carta de um leitor não identificado — ao que tudo indica, um dos muitos agentes do antigo Ministério da Segurança do Estado (MINSE) transferidos para a polícia — denunciando a existência de uma rede na Direcção Nacional de Viação e Trânsito (DNVT) que seria responsável pela legalização fraudulenta de viaturas e pela atribuição de cartas de condução em troca de dólares.

Apesar de, por um lado, a denúncia deixar transparecer o conflito latente entre quadros oriundos do MINSE e os do ministério de Petroff, por outro, ela põe a nu os meandros das negociações que envolvem as viaturas de luxo. A rede possuía apoios nas empresas representantes de certas marcas e em estações de serviço encarregadas de tirar o número do motor e do "chassis" das viaturas a furtar e de fazer o seu duplicado.

A etapa final, onde residia

a alma do negócio, consistia em identificar, para os assaltantes, as residências dos proprietários dos veículos, muitos dos quais acabavam por ser trespassados na Namíbia e, provavelmente, na Zâmbia, cujas autoridades apreenderam, na passada semana, carros de luxo roubados nos países vizinhos.

Irritado, talvez, com o facto de o referido leitor anónimo insinuar que algumas das viaturas iriam parar às mãos da UNITA ou na esperança, quem sabe, de protelar a sua queda — que consta estar para breve —, o ministro do Interior ordenou a suspensão imediata dos responsáveis da DNVT até à conclusão do inquérito que lhes mandou instaurar.

Os homens dos óculos escuros

O crescente envolvimento de agentes e até de graduados (ainda na semana passada foi preso mais um oficial do comando policial na capital angolana por furto de viatura) com numerosos "gangs" espalhados por Luanda ajuda a compreender a facilidade com que estes operam, detendo autênticos mini-arsenais de guerra. Ao mesmo tempo, abre novas pistas para a detecção de estru-

turas paralelas, fora do controlo do Ministério do Interior.

Na exposição que enviaram à AN, os cinco oficiais suspensos aludiam a "homens de óculos escuros" que, em sua opinião, os poderiam "fazer desaparecer faticamente". Receios idênticos deixa transparecer o autor das denúncias contra a DNVT no "Jornal de Angola": "Esta minha atitude poderá custar-me caro, pondo a minha integridade física e dos meus entes queridos em risco."

Em certos meios, além de se admitir a actuação de marginais de alta perigosidade por conta de chefias policiais, há mesmo quem encare a possibilidade de este "trabalho sujo" ter atingido níveis já muito difíceis de controlar. Ao mesmo tempo que o sequestro de filhos de angolanos "balados" (ricos) começa a fazer a sua aparição nos códigos da delinquência local, por 200 dólares (pouco mais de 35 mil escudos), seria possível "encomendar" a eliminação física de alguém.

"Os fulanos que expulsaram os cinco inspectores e subinspectores vão passar mal", confidenciou ao PÚBLICO uma fonte insuspeita do Comando-Geral da Polícia, corroborando assim os rumores sobre a existência de uma es-

pécie de Esquadrões da Morte, semelhantes aos que operam nas favelas do Rio de Janeiro, cujos elementos estão unidos por pactos de sangue e em que os delatores pagam a denúncia com a própria vida.

No início deste mês, foi tornada pública a morte, a tiro, de um subintendente da Unidade da Polícia de Trânsito de Luanda, podendo a Procuradoria Militar emitir um mandado de captura contra a sua comandante, Elizabeth Rank Frank. Sobre este caso, contudo, André Petroff nunca se pronunciou, pelo que a sua "cruzada" para depurar a polícia dos "elementos nocivos" poderá transformar-se num combate inglório.

Dos mais de três mil processos instaurados a agentes policiais por mau comportamento, Petroff acabou por reconhecer que cerca de 500 irão ser revistos, pois não deseja que esses elementos "se tornem futuros marginais". Mas as ligações da polícia ao crime têm origens muito mais profundas. Como disse ao PÚBLICO uma fonte do comando-geral, "enquanto o pessoal de base ganha 500 mil kuanzas [500 escudos ao câmbio paralelo] e passa fome, os chefes ficam com biliões, à custa dos cargos que ocupam". ■

ONU lança apelo

PÚBLICO, 7 3 94

CERCA de 30 mil crianças estão em risco de morrer à fome na província de Malange, Norte de Angola, país com a maior taxa de mortalidade infantil do mundo e onde todos os dias se agrava a situação de mais de três milhões de pessoas que não têm tecto nem meios de subsistência.

Este cenário — as Nações Unidas não hesitam em considerar o povo angolano como o que mais sofre em todo o mundo — tem mobilizado a caridade dos países ricos, mas

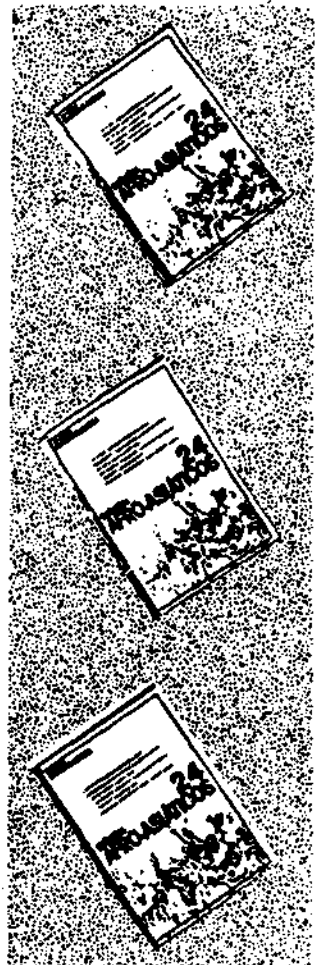
a forma como as organizações humanitárias não governamentais têm desenvolvido as ajudas às populações preocupa a comunidade internacional. É que essas populações estão concentradas em áreas controladas por uma das partes do conflito e num país onde falta absolutamente tudo há receios de que os meios distribuídos pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) sirvam primeiro para alimentar os exércitos.

O Presidente Bill Clinton enviou sexta-feira a Angola uma delegação da Agência Norte-americana para o Desenvolvimento, que teve já contactos com responsáveis governamentais em Luanda e deverá amanhã seguir para as áreas controladas pela UNITA, nomeadamente as províncias do Huambo e do Bié.

Oficialmente, esta visita justifica-se por os Estados Unidos estarem apostados em reforçar o seu apoio humanitário a Angola depois de um eventual acordo de cessar-fogo em Lusaca. Mas esta mis-

são seguiu-se ao apelo das Nações Unidas, lançado a partir de Genebra, Suíça, no sentido de angariar 179 milhões de dólares (cerca de 32 milhões de contos) para um programa de emergência para Angola, a realizar entre Fevereiro e Julho. Este apelo tem, no entanto, um precedente pouco animador: em Maio de 1993, a ONU pediu 226 milhões de dólares (cerca de 40 milhões de contos) para iniciar as ajudas e até agora só angariou 103 milhões.

Charles Lamuniere, responsável pelos programas de ajuda humanitária das Nações Unidas, disse em conferência de imprensa que se pretende com este programa "reduzir o sofrimento de cerca de um terço da população". De acordo com o testemunho de funcionários da ONU que visitaram Angola e os Balcãs, a destruição e a morte têm uma dimensão muito maior naquele país do que na Bósnia, que, apesar disso, tem estado há dois anos no centro das atenções de todo o mundo. ■



Mongane Wally Serote, poeta sul-africano, lança livro em Portugal

Poesia contra o "apartheid"

PÚBLICO, 6 3 94

José Eduardo Agualusa

Em Portugal, e no resto do mundo, a literatura sul-africana conseguiu conquistar um espaço próprio graças ao talento de meia dúzia de nomes, entre eles Gordimer, Breyten Breytenbach e Coetzee. Todos fizeram da literatura um instrumento de luta contra o "apartheid"; mas nenhum veio do campo dos oprimidos — são todos brancos! "Expresso do Terceiro Mundo", lançado esta semana pela Caminho, revela um poeta negro, Mongane Wally Serote, e uma poesia explicitamente comprometida com a acção política.

Mongane Wally Serote, que viveu muitos anos exilado no Botswana, reside actualmente em Joanesburgo, onde dirige o Departamento de Artes e Cultura do ANC. Em Portugal, a convite de Lisboa-94, e com o apoio do Conselho Português para a Paz e Cooperação, o escritor visitou diversas instituições culturais, designadamente a Associação Portuguesa de Escritores e o Chafitô. Falou ao PÚBLICO: "Penso que finalmente vamos começar a escrever sobre aquilo que escrevem todos os escritores. Os grandes dilemas do ser humano: o ódio, o amor, a morte."

PÚBLICO — A África do Sul é um país onde coexistem vários povos e culturas. Até que ponto o "apartheid" contribuiu para manter a separação entre estas diferentes culturas?

MONGANE SEROTE — Nós temos pelo menos três culturas na África do Sul: africana, asiática e europeia. O "apartheid" diminuiu a cultura africana e a asiática, e desenvolveu apenas a europeia. O nosso objectivo agora é promover aquelas que foram diminuídas e conseguir um equilíbrio entre elas.

P. — Essas culturas geraram também diferentes formas literárias. É possível distinguir, por exemplo, um poema escrito por um branco de outro escrito por um negro?

R. — Não necessariamente. Mas, é claro, porque vivemos tanto tempo em ambientes separados, com experiências de vida muito diversas, é natural que hoje um

branco escreva de forma diferente de um negro.

P. — E os escritores que estiveram no exílio, como você ou Breyten Breytenbach, pensa que essa experiência se reflecte na produção literária?

R. — Penso que sim. As pessoas como nós, que viveram longo tempo no exílio, e viajaram muito, foram influenciados por coisas diferentes. Tivemos a possibilidade de observar como as pessoas vivem noutros países; além disso, participando em conferências internacionais [coisa que aqueles que permaneceram no país não conseguiram fazer devido ao boicote cultural] e discutindo com pessoas de todo o mundo, isso necessariamente influenciou a nossa criatividade.

P. — A poesia negra na África do Sul parece repetir a experiência angolana, moçambicana ou cabo-verdiana dos anos 70, uma época em que a literatura foi dominada pela política. Você, por exemplo, serve-se da poesia para fazer política, ou é o contrário?

R. — Para mim é muito difícil separar a política da poesia. Eu próprio sou um activista político há longo tempo, e também sou escritor — o facto de escrever influencia o modo como vejo a política. E a minha intervenção política influencia a forma como crio poesia. Nunca senti dificuldade em relação a isto. Na minha poesia abordo temas políticos específicos, mas falo ao mesmo tempo de outras coisas, como das relações entre as

pessoas

P. — Alguns críticos dizem que a sua poesia é extremamente pessimista. Está pessimista em relação ao futuro da África do Sul?

R. — Não, não estou pessimista, pelo contrário estou optimista. Mas o meu optimismo parte da realidade. Não posso ihudir a desumanidade e a crueldade do apartheid. Mas também acredito muito na criatividade dos homens. E julgo que esta dupla percepção das coisas está presente na minha obra. Sei que o "apartheid" humilhou as pessoas, isso foi o que o "apartheid" fez; depois, é preciso olhar em volta e ver aquilo que as pessoas criaram para lhe fazer frente. É por isso que estou optimista.

P. — A literatura na África do Sul cresceu e desenvolveu-se no combate ao "apartheid". Ou seja, o "apartheid" parece ser o único tema da moderna literatura sul-africana. Com o fim deste sistema, os escritores sul-africanos vão escrever sobre quê?

R. — Penso que finalmente vamos começar a escrever sobre aquilo que escrevem todos os escritores. Os grandes dilemas do ser humano: o ódio, o amor, a

morte.

P. — Dê-me três nomes de escritores sul-africanos importantes.

R. — Willie N'Kossisili, Mzuá Kembulie e Mafika Pascal Guala [nenhum tem obra publicada em língua portuguesa].

P. — A literatura em língua portuguesa tem alguma repercussão na África do Sul?

R. — Conheço bem a literatura da Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Angola, Moçambique e penso que escritores como Marcelino dos Santos ou Vieira [José Luandino Vieira] tiveram uma grande influência na nossa própria literatura. Numa altura em estávamos completamente mergulhados na luta contra o colonialismo — correndo o risco de estagnar —, procurámos inspiração noutros países africanos, e foi assim que descobrimos os escritores de Angola, de Moçambique ou da Guiné-Bissau.

P. — E no que respeita à música desses países?

R. — Não, a música é pouco conhecida. Fomos permeáveis principalmente à literatura, mas também às artes plásticas — estou a lembrar-me de Malangatana — e a algum cinema angolano. ■

Mandela tenta tudo por tudo

PÚBLICO, 7 3 94

O PRESIDENTE do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, defendeu ontem uma nova prorrogação do prazo de inscrição para as eleições multirraciais sul-africanas do fim de Abril, para lhe dar tempo de ainda convencer os recalcitrantes a registarem-se.

Tal como uma semana antes fizera no Ciskei, um dos bantustões que deverão agora ser reintegrados no todo nacional, Mandela voltou mesmo a dizer, desta vez na província do Transvaal, que está disposto a ajoelhar, implorativo, perante aqueles que não querem participar no processo eleitoral, por terem reticências quanto ao actual ar-

ticulado constitucional.

A Frente do Povo Afrikaner (FPA) decidira, no sábado, anular o registo provisório que na véspera à noite fora feita por um dos seus dirigentes, o general na reserva Constand Viljoen. E o líder do Bophutatswana, Lucas Mangope, admitira a hipótese de esse bantustão ainda aceitar as eleições, se o prazo de inscrição viesse a ser prorrogado.

Foi precisamente para que os afrikaners de extrema-direita ainda voltem a registar-se e para que o Bophutatswana não deixe de ir às urnas que Nelson Mandela foi ontem, uma vez mais,

Continua na pág. 12

Rei zulu é a chave das eleições no Natal

O prisioneiro de Buthelezi

PÚBLICO, 8.3.94

Steven Lang,
em Joanesburgo

O rei dos zulus é a personalidade mais popular entre os negros do Natal, mas o Inkatha tem ali, como no resto da África do Sul, menos seguidores do que o ANC. Por isso, Buthelezi se encosta ao soberano, seu sobrinho, e tenta manipulá-lo o melhor que pode, com fins eleitoralistas. Resta ver se isso lhe dará grandes dividendos.

O papel do rei Zwelithini Goodwill Zulu Kabhekuzulu vai ser crucial na campanha eleitoral que está a decorrer na província sul-africana do Natal, berço ancestral

do seu povo, do qual o resto do mundo começou a ouvir falar há uns 170 anos.

Os zulus são o maior grupo étnico da África do Sul, com perto de nove milhões de elementos, mas as suas lealdades políticas encontram-se profundamente divididas entre o ANC, o Inkatha e o Partido Nacional, só tendo como denominador comum o respeito da maioria deles pela figura de Zwelithini, que é a personalidade mais popular entre a população negra da província do Natal.

Uma sondagem efectuada a semana passada entre aquele grupo populacional revela que 50 por cento das simpatias vão para o ANC e apenas 23 por cento para o Inkatha, apesar de todos os esforços deste para se identificar com a vontade da maioria zulu, que ao fim e ao cabo não consegue representar.

Aos olhos do estrangeiro mais desprevenido, o Inkatha é o partido dos zulus e poderia vir a assumir a administração de uma zona Kwazulu/Natal

dotada de vasta autonomia; mas esta visão deturpa bastante a realidade que se vive no terreno. E nunca nenhuma sondagem dos últimos meses deu ao partido de Mangosuthu Buthelezi a hipótese de ser maioritário no Estado para o qual pretende um estatuto à parte.

O rei, esse sim, é uma figura verdadeiramente venerada por aquelas bandas, mas não o partido que com ele se tem querido identificar e que é uma criação de seu tio Mangosuthu, personagem de fraca credibilidade, tanto interna como externa.

O legado de Shaka

Em 1816 o jovem rei dos zulus, Shaka, lançou uma campanha de conquista dos territórios vizinhos, qual D. Afonso Henriques a investir contra terras de aquém e de além Tejo, pelo que em 1824 já controlava uma área um pouco maior do que a de Portugal. Mas quatro anos mais tarde foi assassinado pelo seu irmão Dingane, que passou a comandar a maior força militar naquela altura existente na África Austral.

Em 1879 a Grã-Bretanha, potência imperial, invadiu a Zululândia, sob o comando de Lord Chelmsford, e começou por ser derrotada, para algum tempo depois conseguir derrotar e aprisionar o rei Cetshwayo, cujo papel viria mais tarde a ser interpretado no cinema por Buthelezi.

Durante perto de um século o mundo pouco ouviu falar

dos zulus, até que há uns 20 anos Zwelithini, descendente de Shaka e de Cetshwayo, tentou formar um partido e foi disso dissuadido pelo seu parente Mangosuthu Buthelezi, que os senhores do "apartheid" haviam colocado como primeiro-ministro do bantustão do Kwazulu, constituído com os restos do antigo reino.

Em 1976, o pobre rei foi obrigado a jurar perante a Assembleia do Kwazulu que nunca participaria em qualquer actividade política. Buthelezi justificou isso alegando falta de dignidade na política, onde a habitual troca de insultos não seria o terreno mais apropriado para um soberano; e foi mesmo ao ponto de recordar que os antecessores de Zwelithini que ignoraram os respectivos primeiros-ministros sempre acabaram mal.

Nos últimos anos, o maquiavélico príncipe tem vindo a manobrar o rei, de quem sempre pretendeu ser a sombra, no sentido de se manifestar a favor das posições do Inkatha, pois pensa decerto que só a grande popularidade ainda mantida por Zwelithini Goodwill poderá atenuar a derrota quase certa que o espera, a si próprio, se efectivamente participar nas eleições que ao mesmo tempo se efectuarão para a Assembleia Nacional e para a regional. Nas primeiras não lhe será fácil ir aos nove por cento do eleitorado total, enquanto nas do Kwazulu/Natal talvez consiga um quarto dos votos. ■

Continua na pág. 11.

Mandela tenta tudo por tudo

até quase ao limite das cedências que considera admissíveis e propôs que se alargue os prazos, de modo a que as eleições de 26 a 28 de Abril sejam o mais representativas possível.

O líder do ANC, quase certo de vir a ser escolhido Presidente da República por uma assembleia nacional em que o seu partido deverá conseguir a maioria dos lugares, considerou corajosos os esforços do general Viljoen para conduzir às urnas a extrema-direita branca, que corresponde a perto de um milhão e meio de potenciais eleitores.

No entanto, há pelo menos uma concessão que Mandela ainda não se dispôs a fazer aos recalcitrantes, entre os quais o Partido Inkatha, apenas inscrito a título provisório: adiar por algum tempo as eleições, de modo a que eles se preparassem melhor. Tal como, de forma clara e inequívoca, não aceita que se constitua um Estado separado sob administração dos afrikanners mais conservadores ou que o reino tradicional dos zulus fique fora da alçada da República

da África do Sul.

O provável sucessor do presidente Frederik de Klerk falou ontem em Pietersburg, no Transvaal setentrional, horas depois de duas dezenas de homens armados terem morto 11 negros, numa zona considerada bastião do ANC nas proximidades da cidade de Durban, no Natal. O ANC sugeriu que o Inkatha, predominantemente formado por cidadãos de etnia zulu, teria sido responsável pela chacina.

Receia-se que muitos outros actos de violência se venham a verificar durante os próximos meses se nem todas as forças aceitarem submeter-se pela primeira vez a um escrutínio democrático, com a garantia prévia de que será respeitado o que ficar decidido nas urnas. Para além dos usuais conflitos entre o ANC e o Inkatha, admite-se uma prática terrorista por parte da extrema-direita afrikanner, que seria capaz de visar tanto personalidades da esquerda e do centro como instalações vitais, do tipo de condutas de água e de electricidade. ■

NEGOCIADORES ANGOLANOS ESTÃO CANSADOS — O porta-voz da delegação da UNITA às conversações de paz angolanas, Jorge Valentim, defendeu ontem em Lusaka o abrandamento do ritmo das negociações, alegando que todos os negociadores "estão cansados". Segundo a enviada da Lusaka, Valentim disse aos jornalistas que, apesar de respeitar o Conselho de Segurança da ONU, que se reúne no dia 15 para analisar o progresso das negociações, o trabalho não podia estar sujeito às suas pressões: "Se cedermos a essa pressão faremos um mau trabalho como o de Bicesse", justificou.

PÚBLICO, 10.3.94

ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE ASSINE

ESTÚDIOS EURO-ASIÁTICOS

24

LIGUE 531-2000 RAMAL 259

A menos de sete semanas das eleições na África do Sul

Os dias agitados do fim dos bantustões

Steven Lang
em Joanesburgo

O dia de ontem na África do Sul foi assinalado pela revelação de que vastos sectores apoiariam um golpe de Estado, pela informação, horas depois, de que uma tentativa golpista estaria mesmo em curso no Ciskei e pela notícia de que o Presidente do Bophuthatswana teria abandonado já o seu palácio. É a desintegração dos bantustões.

Mais de metade dos cinco milhões de brancos da África do Sul apoiaria um golpe que fosse dado pelas Forças de Defesa, tal como 53 por cento dos quase 28 milhões de negros apoiaria a tomada do poder pelo Umkhonto we Sizwe, o braço armado do ANC, revela uma sondagem ontem publicada em Joanesburgo pelo "Business Day".

As condições internacionais não são de molde a favorecer nenhuma tentativa golpista no mais importante dos países africanos, mas horas depois da publicação do trabalho efectuado pela Inte-

grated Marketing Research o ministro do Interior, Hennis Kriel, anunciava que uma movimentação desse género estaria em curso no Ciskei, bantustão situado no Cabo Oriental.

O ministro informou que seguia de imediato para Bisho, a capital daquele território até há pouco reservado a populações de etnia xhosa e que em breve deverá ser reintegrado no todo sul-africano, se for por diante o plano de transição para uma sociedade plenamente democrática elaborado em conjunto pelo Partido Nacional, no poder em Pretória desde 1948, e pelo ANC, de Nelson Mandela.

No entanto, notícias posteriores falavam apenas de algumas centenas de soldados amotinados e não propriamente de um golpe de Estado, enquanto continuavam a surgir as mais descontraídas informações sobre a situação altamente volúvel que se está a viver em todo o conjunto sul-africano, nestes meses de gestação de uma sociedade pós-"apartheid".

Em Mmabatho, a capital de outro dos bantustões, o Bophuthatswana, jovens negros haviam erguido barricadas nas ruas e apedrejado automobilistas, no quarto dia de distúrbios contra o Presidente local, Lucas Mangope, que não aceita desistir da independência que lhe fora concedida pela África do Sul nem permite a realização de eleições no espaço sob a sua jurisdição.

Ao fim da tarde a agência notícias sul-africana SAPA referia que Mangope abandonara o palácio presidencial num helicóptero,

com destino desconhecido, enquanto a Rádio Pretória, da extrema-direita, incitava os simpatizantes do apartheid a tentarem salvar aquele dirigente regional. Uma testemunha disse que o Movimento de Resistência Africana (AWB), de Eugène Terre-Blanche, estava a mobilizar homens a uns 70 quilómetros de Mmabatho, onde a população — geralmente afecta ao ANC — começara a destruir as lojas do grande centro comercial Magacity. A polícia abriu fogo sobre os populares e cre-se que houve mortos, pois ao começo da noite tinham sido notados corpos por terra e muitas ambulâncias haviam afluído ao local.

Além disso, os guardas espcaram três elementos de uma equipa de televisão da Reuter que estava a cobrir a agitação no Bophuthatswana, aparente sinal de estertor dos países artificiais que o apartheid havia criado e cujos líderes revelam alguma dificuldade em desistir dos privilégios adquiridos.

Por outro lado, as autoridades sul-africanas deram até hoje à tarde a todas as partes ainda hesitantes, como o Inkatha e os brancos da extrema-direita, para se decidirem de

uma vez por todas se participam ou não nas eleições marcadas para o período de 26 a 28 de Abril.

O Partido Conservador, de Ferdi Hartzenberg, já disse que poderá expulsar os seus militantes que teimem em votar, mas há outros sectores da Frente do Povo Afrikaner (FPA) aparentemente com alguma vontade de ir às urnas, como é o caso do grupo liderado pelo general na reserva Constand Viljoen.

Facto curioso é o da sondagem ontem revelada pelo "Business Day" dizer que apenas uns 850 mil brancos, menos de um quinto do total, estariam dispostos a viver num "Estado boer" preconizado pela FPA, mas que talvez mais de um milhão de negros não se importassem muito de lá trabalhar, por entenderem que "os patrões os tratam bem".

As últimas notícias dizem que a Aliança da Liberdade, que congrega o Inkatha, a Frente do Povo Afrikaner e o Bophuthatswana, suspendeu qualquer hipótese de participação no processo eleitoral, alegando que o ANC está a desestabilizar o regime de Mangope. ■

Dissidente afrikaner apresenta-se

A FRENTE da Liberdade, dirigida pelo general Constand Viljoen, apresentou ontem os seus candidatos às eleições sul-africanas de 26 a 28 de Abril, somente alguns minutos antes do fecho das inscrições. O grupo de Viljoen é uma dissidência da Frente do Povo Afrikaner, com cujos outros dirigentes o general esteve ontem reunido, a tentar convencê-los, sem êxito, a participar no eleitoral. ■

Bophutatswana volta a adiar

O BOPHUTATSWANA, bantustão pseudo-independente particularmente conhecido pela sua Sun City estilo Las Vegas, adiou ontem por mais uma semana a decisão sobre se se deve registar ou não nas eleições gerais sul-africanas de fins de Abril, apesar de o prazo para o fazer já ter oficialmente expirado.

O governo do território afirmou que é contra a ida às urnas, mas que vai expor o caso ao Parlamento, que se reúne no dia 15, por entre a continuação da incerteza de quem é que vai e quem é que não vai a votos na África do Sul dentro de sete semanas.

O Presidente do bantustão, Lucas Mangope, declarou que o Partido Democrata Cristão a que pertence só se inscreve nas eleições, mesmo que a título provisório, se as mesmas forem adiadas, como aliás é também pedido pelo Partido In-

katha, de Mangosuthu Buthelezi (ver texto nesta página).

O Inkatha e a extrema-direita afrikaner, que com o Bophutatswana constituem a Aliança da Liberdade, reuniram-se ontem em Pretória para decidir qual a mediação internacional mais desejável no presente conflito constitucional sul-africano.

Dar ou não dar muito mais autonomia às diferentes regiões que constituem o país é a questão, nesta altura em que a África do Sul se encaminha para a hipótese de um significativo crescimento económico a médio prazo, desde que consiga ultrapassar da melhor maneira possível os presentes obstáculos à sua estabilidade.

Representantes do ANC e do Inkatha reúnem-se hoje para debater a mediação internacional, enquanto Nelson Mandela

insiste na recusa a uma pátria só para afrikaners, uma Volkstaat, pedida pelo Partido Conservador e por outras formações da extrema-direita.

A decisão final sobre quem vai ou não vai às eleições terá de ser agora tomada sem grandes delongas, pois é preciso mandar imprimir 35 milhões de boletins de voto para a Assembleia Nacional e 45 milhões para as assembleias regionais, tarefa que decerto não se pode realizar num curto espaço de tempo.

Se os boletins não começaram a ser impressos dentro dos próximos 15 dias e se a mediação internacional também não começar a funcionar em meados deste mês, então é mesmo difícil de acreditar que se consiga ir às urnas de 26 a 28 de Abril, o período intransigentemente defendido pelo Presidente De Klerk e por Nelson Mandela. ■

Novo partido em Cabo Verde

EURICO Monteiro e Jorge Fonseca, dois ex-ministros do Governo cabo-verdiano, onde ocuparam as pastas da Justiça e do Trabalho e dos Negócios Estrangeiros, vão criar uma nova força política em resultado da cisão operada na última convenção do Movimento para a Democracia (MpD).

Jorge Fonseca acusa o primeiro-ministro Carlos Veiga de ter montado um «congresso fraudulento» que motivou a dissidência e adianta que o partido estará constituído «antes de Julho», contando já com o apoio de membros de anteriores governos do MpD, casos de Maurício dos Santos, Alfredo Teixeira e Luís Leite. «Consideramos os herdeiros do programa do MpD, mas se chegarmos ao poder vamos adop-

tar uma política menos liberal e mais voltada para a área social», disse Jorge Fonseca ao EXPRESSO.

Neste cenário, a próxima sessão da Assembleia Nacional, marcada para o mês de Maio, irá ditar o futuro político do MpD e do primeiro-ministro Carlos Veiga. Ao que tudo indica, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), liderado por Pedro Pires, irá apresentar uma moção de censura ao Governo, na qual o sentido de votação dos deputados descontentes com o MpD será decisivo. A Assembleia Nacional de Cabo Verde é composta por 79 deputados, 56 eleitos pelo partido de Carlos Veiga e os restantes 23 pelo PAICV.

Jorge Fonseca salienta que,

com a divisão operada no Movimento para a Democracia, o futuro partido «tem 23 a 26 deputados que nos apoiam», os quais, reunidos aos do PAICV, dispõem de força suficiente para afastar o MpD do poder.

«Nós não exigimos eleições antecipadas, mas perante o que aconteceu na convenção, entendemos que o primeiro-ministro, Carlos Veiga, devia apresentar uma moção de confiança», sustenta o ex-governante. Jorge Fonseca refere que o novo partido — ainda sem nome — conta com apoios nas ilhas de Santo Antão, Maio e Brava nas freguesias rurais de Santiago e na Cidade da Praia, capital de Cabo Verde.

Caso a Assembleia Nacional aprove uma eventual mo-

ção de censura do PAICV, a dissolução do Parlamento fica nas mãos do Presidente da República, Mascarenhas Monteiro, que terá depois 120 dias para marcar uma data para as eleições legislativas.

Jorge Fonseca sublinha que, ainda que o acto eleitoral não seja antecipado, «vai deixar de haver em Cabo Verde partidos como maioria absoluta», obrigando assim a que qualquer governo futuro seja de coligação, ou de maioria relativa, com apoio parlamentar. As últimas sondagens dão intenções de voto na ordem dos 20 por cento, tanto ao PAICV como ao MpD, o que segundo Jorge Fonseca implica que o novo partido tenha de «avançar rapidamente» para conquistar o eleitorado indeciso.

Novo partido cabo-verdiano

PÚBLICO, 13.2.94

O ANTERIOR ministro da Justiça, Eurico Correia Mon-

teiro, e o presidente da Câmara Municipal do Mindelo, Onésimo Silveira fundou recentemente o "Espaço Democrático", que deveria servir de plataforma de lançamento para novo partido. Juntos, pretendem agora cativar aqueles 50 por cento do eleitorado que afirmam não se reconhecer actualmente nem no MPD nem no PAIGC, que governou Cabo Verde de 1975 até ao início de 1991. A actual legislatura de-

veria ir até ao albar de 1996, mas tanto os simpatizantes do partido presidido por Pedro Pires como os dissidentes do Movimento para a Democracia defendem a ideia de eleições antecipadas, pelo que serão de admitir para os próximos meses moções de censura ao executivo de Veiga. A aprovação de duas delas levaria constitucionalmente à queda do governo. »

DHLAKAMA EM PORTUGAL — O dirigente da Renamo, Afonso Dhlakama, deverá visitar Portugal a partir de 17 de Abril próximo, afirmou o próprio à Agência Lusa, horas antes de se deslocar por alguns dias à base do seu movimento em Maringué, na província do Sofala. Prevista desde a assinatura do acordo geral de paz para Moçambique em Outubro de 1992 e sucessivamente adiada, a visita acabou por ser fixada para Abril, depois de estar marcada para finais de Março. Durante a sua estada, Dhlakama deverá encontrar-se com o presidente Mário Soares, o primeiro-ministro Cavaco Silva e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso. Fora de causa estará uma visita a Espanha, mas o dirigente da Renamo tem já agendada para Maio uma visita aos Estados Unidos, que foi preparada na passada semana por outro dirigente, Raul Domingos, em conjunto com o secretário-geral adjunto das Nações Unidas, James Jonah.

PÚBLICO, 12.2.94

SOARES INTERCEDE PELA PAZ EM ANGOLA — Mário Soares contactou esta semana o líder da UNITA, Jonas Savimbi, e o primeiro-ministro angolano, Marcolino Moco, para os sensibilizar para a obtenção de um acordo em Lusaca. Em declarações à Lusa, ontem, em Lisboa, o Presidente da República divulgou que fez os dois telefonemas em cumprimento de um pedido pessoal do secretário-geral da ONU, Butros Ghali, para que intercedesse junto das partes angolanas. Fontes diplomáticas em Washington revelaram à Lusa que Butros Ghali apelou para Mário Soares e estará a diligenciar para que outros líderes internacionais pressionem as partes angolanas no sentido da busca da paz. Ontem, na abertura da VI Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, Soares defendeu que "toda a comunidade internacional tem de fazer esforços para que a paz chegue a Angola" e lamentou que as expectativas de paz mundial aumentadas com a queda do comunismo e da divisão do mundo em dois blocos tenham sido frustradas.

PÚBLICO, 14.2.94

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Belucci Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gisella da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: *Instituições internacionais*: US\$ 250.00; *Instituições nacionais*: US\$ 200.00; *Pesquisadores*: US\$ 100.00 (Dólar comercial). *We ask exchange.*